RELAÇÕES EXTERNAS DO TRIBUNALDE CONTAS
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2020

GRUPO DE TRABALHO DA INTOSAI (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS) PARA A AUDITORIA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA[1]

Um Grupo de Trabalho da INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas) para a Auditoria da Contratação Pública reuniu, no Tribunal de Contas de Portugal, que se fez representar pela Conselheira Helena Abreu Lopes e pelas Dr.ªs Helena Santos e Helena Leitão.

Presidido pela Câmara de Contas da Federação Russa, o Grupo de Trabalho tem como objetivo a preparação de uma Norma Internacional – ISSAI – sobre auditoria de contratos públicos e o desenvolvimento de orientações sobre a mesma matéria.

Participaram nesta reunião 18 membros da INTOSAI.

V SEMINÁRIO DA OISC/CPLP[2]

O Tribunal de Contas de Portugal acolheu no Funchal, na Secção Regional da Madeira, o V Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo (OISC) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Estiveram presentes os Presidentes do Tribunal de Contas de Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, uma Conselheira da Câmara de Contas de Timor-Leste, o Comissário de Auditoria de Macau, o Diretor-Geral da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI, o Secretário-Geral da OISC/CPLP, o Presidente do Conselho Diretivo da OISC/CPLP, o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, o Presidente do Governo Regional da Madeira, o representante da República para a Região Autónoma da Madeira e Conselheiros do Tribunal de Contas de Portugal entre os quais a anfitriã do Seminário, a Conselheira da Secção Regional da Madeira, Laura Tavares da Silva.

---

[1] Lisboa, 4 e 5 de julho de 2017.

[2] Funchal, Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, 14 a 17 de setembro de 2017.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 são 17 e visam um mundo mais justo, equitativo e inclusivo baseado nos direitos humanos.

O Presidente Vítor Caldeira, na sessão de abertura, salientou a importância dos auditores públicos independentes, que podem contribuir para a existência de políticas públicas sustentáveis, com impacto na sociedade e nas condições de vida das respetivas populações.

As conclusões deste Seminário deram origem à Declaração do Funchal que se compromete com linhas de ação que serão em seguida detalhadas nos planos operacionais da OISC/CPLP.

Ficou ainda decidido realizar-se em 2019, o VI Seminário da OISC/CPLP em Macau, sob a organização do Comissariado de Auditoria de Macau, que é membro observador da OISC/CPLP.

No discurso de encerramento, não faltaram as palavras de agradecimento do Presidente "a todos sem exceção", desde os participantes do Seminário a toda a equipa do Tribunal de Contas de Portugal, quer da sede quer da Secção Regional da Madeira, que sob a coordenação do Diretor-Geral organizaram este Seminário, e "a todos os outros que desde o café à distribuição dos documentos" também foram indispensáveis para a realização do evento.

PROJETO PROPALOP-TL CHEGA AO FIM COM GRANDE IMPACTO[3]

Decorreu no Tribunal de Contas a Sessão de Encerramento do projeto ProPALOP-TL, tendo sido reconhecido na avaliação final o grande impacto que permitirá desenvolver as capacidades de controlo externo das finanças públicas.

O projeto, tendo em vista promover uma maior transparência financeira e orçamental nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste (TL), foi totalmente financiado pela União Europeia.

[3] Lisboa, 2 de fevereiro de 2018.

O ProPALOP-TL, que teve a duração de quatro anos, juntou desde 2014 Presidentes de Tribunais de Contas, parlamentares e responsáveis de Ministérios das Finanças de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste. O Tribunal de Contas de Portugal colaborou ativamente, através de ações de formação, realização de seminários, promoção de cursos de pós-graduação para auditores de Tribunais de Contas e membros do Parlamento, visitas de estudo e trocas de experiências.

VISITA DO PRESIDENTE VÍTOR CALDEIRA À EUMETSAT ENQUANTO AUDITOR EXTERNO[4]

O Presidente do Tribunal de Contas, Vítor Caldeira fez a sua primeira visita de trabalho às instalações da EUMETSAT (Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos), em Darmstadt, na Alemanha, enquanto Auditor Externo desta Organização acompanhado pelo Diretor-Geral e pela equipa de auditoria do Tribunal composta pela Conselheira Maria da Luz Carmesim, e pelos auditores Filomena Rolo, Nuno Martins Lopes e Célia Prego Alves.

O Presidente Vítor Caldeira foi designado em outubro Auditor Externo da EUMETSAT, organização intergovernamental com 30 Estados-Membros que opera um sistema de satélites meteorológicos que observam a atmosfera, os oceanos e as superfícies terrestres 24 horas por dia, 365 dias por ano.

O mandato assumido pelo Presidente do Tribunal de Contas abrangeu os exercícios financeiros de 2017 a 2020.

A EUMETSAT é uma organização intergovernamental fundada em 1986 que conta atualmente com um total de 30 Estados-Membros: Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.
A organização integra ainda a Sérvia como Estado Cooperante.

[4] Darmstadt, Alemanha, março de 2018.

ENCONTRO IBÉRICO DE TRIBUNAIS DE CONTAS DISCUTE RESPONSABILIDADE FINANCEIRA[5]

Os Tribunais de Contas de Portugal e de Espanha reuniram-se nos dias 19 e 20 de abril, em Trujillo, Cáceres, para debater a temática da responsabilidade financeira.

Os temas apresentados e debatidos foram:

- A experiência de auditoria em Espanha e Portugal, na sua relação com a responsabilidade contabilística – Análise histórica e desafios futuros relacionados com os novos tipos de auditoria
- A auditoria financeira como fonte e como prova dos processos contabilísticos
- Ações prévias e medidas cautelares
- Potenciais áreas de cooperação conjunta no âmbito da auditoria dos objetivos de desenvolvimento sustentável, tais como a gestão da água e/ou a desertificação na Península Ibérica
- Legitimização ativa e passiva e a responsabilidade de pessoas jurídicas
- A diligência exigível na gestão dos fundos públicos
- As entidades superiores de auditoria com funções jurisdicionais.

DECLARAÇÃO DE TRUJILLO

O Tribunal de Contas de Espanha e o Tribunal de Contas de Portugal, reunidos no seu IV Encontro bilateral, nos dias 19 e 20 de abril de 2018, em Trujillo, Espanha,

Conscientes da necessidade de se adaptarem aos novos paradigmas da auditoria pública;
Tendo presente que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 das Nações Unidas comportam novos e desafiadores campos para o controlo financeiro em geral e para as atividades de auditoria em particular;
Considerando que a situação geográfica de Espanha e de Portugal envolve a existência de problemas e riscos comuns, com impacto no desenvolvimento e sustentabilidade das finanças públicas;

[5] Trujillo, Cáceres, 19 e 20 de abril de 2018.

Assumindo o desafio colocado por novas solicitações da sociedade, potenciado pela incidência das alterações demográficas;
Reconhecendo que o modelo "Tribunal de Contas", com competências jurisdicionais traduzidas no poder de efetivar as responsabilidades financeiras é um acervo comum cujo fortalecimento é um desígnio que partilhamos;
Respeitando as prioridades específicas de cada um, o Tribunal de Contas de Espanha e o Tribunal de Contas de Portugal, aqui representados pelos seus Presidentes, concordam em aprofundar a cooperação bilateral de acordo com as seguintes linhas de ação:

- Constituir um Grupo de Trabalho misto com a missão de, até ao final de 2018, identificar potenciais áreas de cooperação, e propor possíveis ações de controlo, no âmbito do controlo dos ODS, a inscrever nos planos de ação de ambas as Instituições. Em particular, no que respeita à realização de auditorias, os dois Tribunais de Contas acordam contribuir, no quadro da INTOSAI, para a implementação dos objetivos da Agenda 2030, para tratar as dificuldades, problemas e insuficiências detetadas no âmbito do desenvolvimento sustentável;
- Promover a troca de experiências e de conhecimentos no âmbito das funções jurisdicionais, especialmente no que se refere à evolução doutrinária e jurisprudencial e às alterações dos enquadramentos legais pertinentes, apoiando-se mutuamente no fortalecimento dos pontos fortes de cada Instituição;
- Prosseguir a cooperação no âmbito do Fórum das Instituições Superiores de Controlo (ISC) com funções Jurisdicionais e do grupo de trabalho para a elaboração de uma tomada de posição profissional da INTOSAI sobre os princípios fundamentais das atividades jurisdicionais das ISC, no sentido de dignificar e fortalecer este modelo de ISC na comunidade internacional, tornando-o mais presente nos documentos oficiais da INTOSAI e mais compreendido pelos respetivos membros.

DECLARAÇÃO DE DÍLI ASSINADA NA X ASSEMBLEIA GERAL DA CPLP[6]

A X Assembleia Geral da OISC/CPLP – Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu em Timor-Leste, culminou com a assinatura da Declaração de Díli. Esta Declaração é o resultado dos trabalhos realizados sobre "O Impacto da Colaboração das Instituições Públicas e Privadas na Melhoria dos Trabalhos das Instituições Superiores de Controlo", a mesma foi assinada pelos representantes das Instituições Superiores de Controlo de Timor-Leste; Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; São Tomé e Príncipe; Macau e Portugal.

Tribunais de Contas
Países de Língua Portuguesa

DECLARAÇÃO DE DÍLI

A Organização das Instituições Superiores de Controlo (ISC) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), representados pelos seus Presidentes, reunidos na X Assembleia Geral da OISC/CPLP, realizada em Timor Leste, na cidade de Díli, deliberam aprovar a presente DECLARAÇÃO, designada por **DECLARAÇÃO DE DÍLI**, que traduz os resultados e as conclusões decorrentes dos trabalhos realizados sob o tema "O Impacto da Colaboração das Instituições Públicas e Privadas na Melhoria dos Trabalhos das Instituições Superiores de Controlo".

Considerando que o controlo da gestão dos dinheiros públicos é missão dos Estados de Direito e os Governos devem ter sempre presente a preocupação de enraizar uma cultura de controlo dos dinheiros públicos, instituindo sistemas de cooperação e colaboração entre o controlo externo e interno.
Reconhecendo que compete às Instituições Superiores de Controlo contribuir para a transparência e boa gestão dos dinheiros públicos, as quais devem criar as melhores condições para o desenvolvimento da cooperação recíproca e articulada entre todos os intervenientes no controlo.

[6] Díli, Timor Leste, 26 a 28 de setembro de 2018.

Compreendendo que a auditoria pública é uma atividade multifacetada, complexa e integrada, exigindo saberes vários e simultaneamente muito especializados, detidos por várias entidades quer públicas quer privadas.
Conscientes da necessidade de auditar todas a áreas públicas dentro de certo período de tempo.
Reafirmando o compromisso com o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constante da Declaração do Funchal.

As Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa concordam e comprometem-se com as seguintes linhas de ação que visam operacionalizar as conclusões dos trabalhos desta Assembleia Geral, no sentido de:

1. Preparar modelo(s) de protocolo(s) de colaboração a celebrar entre as ISC e os Órgãos de Controlo Interno (OCI), Universidades, ordens profissionais e ou organizações internacionais, com vista à:

    a. Consideração de metodologias harmonizadas;
    b. Troca de informação e a agilização de procedimentos;
    c. Partilha de conhecimentos e de boas práticas;
    d. Articulação da programação dos trabalhos por forma a prevenir duplicações ou ausências de controlo, nomeadamente com OCI;
    e. Prevenção ou minimização dos riscos da colaboração com outras entidades;
    f. Capacitação profissional.

2. Divulgar a OISC/CPLP e suas ISC membros junto das organizações regionais da INTOSAI e das instituições cooperantes e convidar representantes daquelas organizações para os Seminários e Assembleias Gerais da nossa Organização.

3. Aprofundar a cooperação com AFROSAI-E, GIZ e PNUD, no que respeita a aplicação, pelas ISC interessadas, da ferramenta "Quadro de Relato sobre a Gestão das Finanças Públicas", tendo em vista o acompanhamento da implementação dos ODS.

4. Estabelecer canais de comunicação, entre as ISC e os cidadãos, na melhoria dos trabalhos de controlo financeiro e de outros serviços do Estado, aplicando as boas práticas já existentes neste domínio.

Díli, 28 de Setembro de 2018

DEOLINDO DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Recurso e da Câmara de Contas de Timor-Leste

EXALGINA GAMBÔA
Presidente do Tribunal de Contas de Angola

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Secretário Geral da OISC/CPLP, em representação do Presidente do Tribunal de Contas da União, Brasil

JOÃO DA CRUZ SILVA
Em representação do Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde

GASSIMO DJALO
Em representação do Presidente do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau

MACHATINE PAULO M. MUNGUAMBE
Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique

VÍTOR CALDEIRA
Presidente do Tribunal de Contas de Portugal

JOSÉ ANTÓNIO DE MONTE CRISTO
Presidente do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe

Dr. HO VENG ON
Comissário da Auditoria de Macau

TRIBUNAL DE CONTAS APRESENTA LIVRO "PUBLIC PROCUREMENT AUDIT"[7]

O Presidente Vítor Caldeira, a Conselheira Helena Abreu Lopes e o Diretor-Geral José Tavares participaram nos dias 11 e 12 de outubro em Dubrovnik, Croácia, na reunião anual do Comité de Contacto dos Tribunais de Contas da União Europeia.

Este é um fórum que reúne anualmente os Presidentes/Auditores-Gerais para debate e aprofundamento de experiências de cooperação entre as respetivas

[7] Dubrovnik, Croácia, 11 e 12 de outubro de 2018.

instituições. Nesta reunião o tema tratado foi "A interação com os cidadãos europeus – Abrir as Instituições Superiores de Controlo".

O Presidente do Tribunal de Contas apresentou o livro "Public Procurement Audit".

O Tribunal português coordenou (Conselheira Helena Abreu Lopes) a elaboração deste guia de grande utilidade para a auditoria da contratação pública, que envolveu um grupo de trabalho constituído por 11 Tribunais de Contas da UE e a participação do Tribunal de Contas Europeu.

Apresentou igualmente as conclusões do Seminário da Network "Auditoria no âmbito da Estratégia 2020 da União Europeia", atividade também coordenada pelo Tribunal de Contas (Presidente e Conselheira Ana Furtado).

Decorreram ainda diversas várias sessões de trabalho, com a participação do Diretor-Geral, e que incidiram sobre diferentes abordagens ao tema principal da interação dos Tribunais de Contas com os cidadãos, incluindo experiências inovadoras apresentadas por vários Tribunais de Contas, além de temas da atualidade, como os impactos do regulamento europeu da proteção de dados, o futuro da união bancária e as EPSAS (European Public Sector Accounting Standards).

TFA&E - TASK FORCE SOBRE AUDITORIA E ÉTICA[8]

O Tribunal de Contas de Portugal presidiu à IX Reunião anual da Equipa de Projeto sobre Auditoria e Ética, que decorreu em Lisboa.

A Reunião teve como objetivos fundamentais o reforço da ética nos Tribunais de Contas e a promoção da integridade no setor público, através das ações de controlo das Instituições Superiores de Controlo.

[8] Lisboa, 22 de outubro de 2018.

TASK FORCE PRESIDIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL GANHA PRÉMIO[9]

A World Compliance Association e a Universidade de Castilla de la Mancha entregaram o I Prémio de Integridade na Gestão Pública a um grupo de trabalho presidido pelo Tribunal de Contas de Portugal.

O grupo de trabalho que recebeu esta distinção foi a Task Force sobre Auditoria e Ética da Organização Europeia de Tribunais de Contas (EUROSAI), que é presidido pelo Tribunal de Contas de Portugal desde 2011.

1.º SEMINÁRIO EUROSAI/AFROSAI - OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO DA AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS[10]

O Tribunal de Contas foi o anfitrião do 1.º Seminário EUROSAI/AFROSAI sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Mais de 150 pessoas de cerca de 50 países, entre eles da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, participaram no Seminário que decorreu, no antigo Salão Nobre do Tribunal de Contas, atual Ministério das Finanças. Em resultado do Seminário foi aprovado por todos os seus participantes:

1st EUROSAI-AFROSAI Seminar – Outlook

SAIs gathered in the 1st EUROSAI-AFROSAI Seminar, held in Lisbon on 21-22 November 2019, shared ideas and experiences on how to better contribute to the efforts to achieve the UN 2030 Agenda through auditing and evaluating Sustainable Development Goals (SDGs) implementation.

One of the strongest commitments made by SAIs in the Moscow declaration is directed to providing independent external oversight on the achievement of nationally agreed targets including those linked to the SDGs;

---

[9] Madrid, 27 de março de 2019.

[10] Lisboa, 21 e 22 de novembro de 2019.

Looking forward, in line with the Moscow declaration and bearing in mind the message of the UN Secretary General that "despite considerable gains in the past few years, we are off-track in our efforts to achieve the SDGs and address the climate emergency", **they acknowledged that**:

- There is a relevant role for EUROSAI and AFROSAI members, within the scope of their mandates and in respect of their diverse contexts, to contribute to the accomplishment of the UN 2030 Agenda for Sustainable Development;
- It is of key importance to assess government's performance in achieving national goals and targets, thus contributing to ensure that future generations needs are considered in policy making;
- Diverse approaches and methodologies[11] to assess preparedness of governments and auditing SDGs' implementation are available, including assessing public financial management as a starting point, the "whole of society approach" and the engagement of citizens;
- Experience derived from evaluating public programmes and policies has a positive impact on the work of EUROSAI and AFROSAI members when assessing the implementation of SDGs, especially trough stakeholders' participation and use of non-financial data and indicators;
- There is potential for a regular exchange of experiences, practices and other cooperative approaches between EUROSAI and AFROSAI in auditing SDGs' implementation and reporting about the achievements thereof.

Therefore, EUROSAI and AFROSAI members gathered in Lisbon are committed to continue sharing information and cooperating in the SDGs audit and evaluation field, as well as in related capacity building activities.

Por esta ocasião foi também realizada uma Cerimónia Comemorativa dos 630 anos da Casa dos Contos e dos 170 anos da criação do Tribunal de Contas, com o lançamento do inteiro-postal dos CTT alusivo aos 170 anos da Instituição portuguesa.

[11] The IDI SDG Audit Model (ISAM) and the *Public Financial Management Reporting Framework* (PFM RF) are examples discussed during the seminar.

CICLO DE WEBINARS REUNIU TC DOS PALOP E TIMOR LESTE PARA DEBATER O CONTROLO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO CONTEXTO – COVID-19[12]

Os presidentes, conselheiros e dirigentes dos Tribunais de Contas dos 6 países da organização Pro PALOP TL ISC em parceria com o Tribunal de Contas de Portugal, através do Centro de Formação da OISC | CPLP, reuniram-se num ciclo de *webinars*, com a preocupação de debater o "Controlo Externo das Finanças Públicas – "Que Futuro para o Mundo Pós COVID-19?".

Fiscalizar as contas públicas assumiu ainda maior relevância no difícil e atípico contexto provocado pela pandemia COVID19. Este tema pretendeu assim debater e analisar as especificidades provocadas pela pandemia e discutir respostas e soluções para os mais prementes desafios.

Na primeira sessão do ciclo, foi orador o Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Vítor Caldeira que abordou a necessidade de lideranças inovadoras para fazer face às incertezas do mundo pós COVID-19.

Por outro lado, e uma vez que o PRO PALOP TL é cofinanciado pela União Europeia e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o primeiro módulo contou também, com as palavras de boas vindas do representante PNUD, UNICEF e UNFPA em Cabo Verde, a representante da Delegação da UE em Moçambique, e a representante do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (SONFED) em Moçambique.

O Pro PALOP-TL ISC (FASE II) é um Programa para a Consolidação da Governação Económica e dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP e Timor Leste e tem como objetivo a melhoria da governação económica nos PALOP-TL. O Programa resulta da Parceria Estratégica entre a UE|PNUD, e conta 7.7 milhões de Euros de financiamento da União Europeia administrados diretamente pelo PNUD.

[12] 18 de setembro, 9 e 19 de outubro, e 18 de novembro de 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL HOMENAGEADO PELA EUROSAI[13]

A EUROSAI (Organização Europeia dos Tribunais de Contas) celebrou em 2020 30 anos da sua criação e, para celebrar o seu aniversário, foi criado um "Memorial de Plantação de Árvores", onde foi plantada uma árvore em homenagem ao Tribunal de Contas de Portugal.

Foram ainda recebidos mais três certificados de reconhecimento:

- em nome da Instituição – Tribunal de Contas de Portugal, pela presidência da EUROSAI de 2011 a 2014;
- em nome do antigo Presidente Guilherme d'Oliveira Martins, que presidiu à Organização Europeia dos Tribunais de Contas nos anos de 2011 a 2014;
- e em nome da Task Force & Audit and Ethics coordenada pelo Tribunal de Contas de Portugal, através da Senhora Conselheira Helena Abreu Lopes.

O "Memorial de Plantação de Árvores" localizado em Ancara, capital da Turquia, consiste na plantação de 66 árvores de diferentes espécies, 50 delas dedicadas a todos os membros da EUROSAI e 16 dedicadas a antigos Presidentes, Grupos de Trabalho e Task Forces. Foi no Congresso da INTOSAI (Organização Mundial de Tribunais de Contas) em 1989, onde participavam 30 delegações de Instituições Superiores de Controlo europeias, uma das quais o Tribunal de Contas de Portugal, que foi aprovada a "Declaração de Berlim". A "Declaração de Berlim" veio anunciar a constituição de uma Organização Europeia dos Tribunais de Contas, que teve depois a sua criação em 1990. Passados 30 anos, a EUROSAI conta com um total 50 membros.

[13] Ancara, Turquia, 12 de novembro de 2020.